

APRESENTAÇÃO

PRESENTATION

O presente volume contém contribuições originais para a reflexão atual em Ética e Filosofia Política a partir da recepção e releituras de autores clássicos, modernos e contemporâneos, com especial destaque para os trabalhos seminais em bioética, neurociência, filosofia política, teoria crítica e subjetividade.

A questão dos xenotransplantes (transplantes de órgãos entre diferentes espécies) é reexaminada no trabalho seminal de Andreas Vieth e Michael Quante, “Humano Quimérico? A importância da natureza humana em tempos de xenotransplantes”. Para tanto, os autores tecem várias observações sobre as práticas de xenotransplantes com o intuito de determinar com precisão o que se entende por “xenotransplante” (XTP) e esclarecer em que medida um transplante de animais no organismo humano pode ser denominado uma “quimera”. Em seguida, os aspectos problemáticos do XTP, desde uma perspectiva ética, embora não sejam abordados no artigo, são nomeados em sua relevância teórica para o conceito de justificação, num sentido ético-normativo. Esclarecimentos conceituais e terminológicos preliminares são oferecidos pelos autores a fim de deixar claro o que se entende, afinal, por “natureza”, tanto num sentido restrito quanto em sua relevância para as discussões éticas. O atual debate em torno de questões normativas e naturalistas da natureza e da ética é revisado em vários aspectos, culminando numa alternativa sistemática a ser desenvolvida e proposta.

Manfredo Araújo de Oliveira oferece-nos duas dentre as formas mais relevantes de pragmatismo que surgiram no século XX e que possuem a pretensão de articular um novo paradigma para a filosofia. Em primeiro lugar, o neopragmatismo de Richard Rorty, que evita qualquer tipo de fundamentação última do conhecimento e que considera a filosofia um saber crítico e construtivo a serviço das pequenas causas do dia a dia. E, em segundo lugar, a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, a qual busca um sentido incondicionado para os mundos vividos e, com isso, apresenta uma filosofia com pretensões de universalidade. O autor pretende, destarte, mostrar as diferenças entre as posições pragmáticas desses dois filósofos quanto ao papel da justificação dos contextos concretos de ação.

Veritas	Porto Alegre	v. 58	n. 1	jan./abr. 2013	p. 5-8
---------	--------------	-------	------	----------------	--------

O artigo de Murilo Mariano Vilaça e Maria Clara Dias, em torno do problema do “melhoramento humano biotecnocientífico”, discute a questão bioética da passagem direta de fatos a valores, como se “o fato do humano ser biologicamente vulnerável” pudesse justificar “uma opção *valorativa* pela superação de algumas características biológicas”. Os autores postulam uma tensão opondo fatos a valores, com o fito de mostrar “a pertinência de submeter os meios biotecnocientíficos de melhoramento humano à regulação proveniente da proteção da liberdade de escolha baseada na autocompreensão existencial do indivíduo”, por eles denominada “*escolha hermenêutica*” enquanto parâmetro capaz de “evitar ou combater formas de opressão num contexto biopolítico”. Destarte, argumenta-se que o humano pode ser compreendido pela sua biologia, em sua ambiguidade natural:

Por um lado, há características biológicas correlacionadas a capacidades extremamente especializadas e complexas, as quais abrem possibilidades que lhe são particulares, distinguindo-o ‘positivamente’ dos outros seres vivos. Por outro, como todo ser vivo, há características que tornam a vida humana finita e relativamente vulnerável, as quais costumam ser ‘negativamente’ interpretadas. Em ambos os casos, há características biológicas que, em si, não são boas nem más, apenas são, constituindo uma espécie biológica.

De acordo com Cinara Nahra, os temas do envelhecimento populacional e da superpopulação no planeta estão entre os maiores desafios éticos e de políticas públicas para o século XXI. A autora evoca o conceito de imortalidade, trazido para a cena filosófica por John Harris, e mostra que se for mantido o aumento constante na expectativa de vida que tem sido observado nos últimos 160 anos, na razão de três meses por ano, pode-se esperar que, daqui a 40 mil anos, a expectativa de vida seja de aproximadamente 10 mil anos, o que se pode caracterizar como imortalidade, levando-se em conta a expectativa de vida que temos hoje. A autora discute, em seguida, se a imortalidade é ou não desejável e mostra que o argumento de Hans Jonas, de que a imortalidade necessariamente levará ao fim da reprodução, não se sustenta.

Em seu ensaio seminal sobre Ética e genética, Lincoln Frias organiza o debate sobre a medicina genética corretiva (as intervenções genéticas em seres humanos) e analisa as principais objeções contra ela, a saber: (1) a acusação de eugenia e (2) a possibilidade do aumento da discriminação e da desigualdade social. A primeira objeção é respondida através da distinção entre eugenia liberal e eugenia autoritária e da crítica à distinção entre terapia e melhoramento. À segunda objeção é oferecida a resposta liberal através da discussão de seus princípios de justiça genética. Assim,

o autor reformula as principais questões morais em torno da medicina genética corretiva nos seguintes termos: (a) as intervenções genéticas ameaçam a comunidade moral? e (b) como evitar as consequências sociais indesejáveis das intervenções genéticas? Embora o respeito à autonomia da futura criança e o interesse pela justiça social coloquem limites éticos a esse tipo de intervenção, a sua conclusão é que a medicina genética corretiva não deve ser proibida.

Jorge Lubenow analisa a reformulação do conceito de esfera pública habermasiano em Hauke Brunkhorst, reconstruindo e elucidando a contraproposta de esfera pública a partir do conceito de solidariedade democrática. Para Brunkhorst, o conceito de esfera pública, tal como estendido por Habermas para o âmbito europeu e global, seria insuficiente para compreender as constelações políticas pós-nacionais globalizadas. O autor argumenta que a vantagem seria fornecer um conceito de esfera pública mais flexível e menos fechado ao âmbito institucional.

Maria de Lourdes Borges mostra como Bernard Williams critica a moral kantiana por ser responsável por uma falha crucial da ética contemporânea: sobretudo, entre os filósofos ingleses, a ética limita-se a reconhecer as emoções como um componente potencialmente destrutivo da moralidade. Opondo-se a isto, Williams tenta refutar várias visões de Kant sobre emoções, de acordo com as quais as emoções seriam apenas um produto de uma causa natural, além de volúveis e experimentadas de forma passiva. A autora tenta mostrar que Kant tem um lugar para as emoções na sua teoria moral, embora defenda que podemos agir moralmente sem nenhum móbil sensível. A autora pretende provar que Williams e possuem diferentes modelos de motivação moral e que Kant não concorda com a expressão de Williams de que “apenas motivações motivam”, visto que a lei moral poderia levar a uma ação, sem a necessidade de um motivo sensível.

A *Teoria da Ação Comunicativa* de Habermas é reexaminada, por Gustavo Luis Gutierrez e Marco Antonio Bettine de Almeida, em seus fundamentos, estrutura e implicações para a pesquisa social. O artigo aborda a obra prima habermasiana em relação aos teóricos que a inspiraram, tanto no sentido da sua própria articulação lógica interna, quanto em relação ao seu objeto de pesquisa, a saber, a realidade social. Os autores demonstram que a TAC executa dois giros conceituais essenciais: (a) um ao limitar o agir estratégico ao espaço da economia e da política e (b) outro ao definir cultura, sociabilidade e subjetividade como dimensões constituídas no mundo da vida.

Last but certainly not least, Mauro Cardoso Simões investiga a compatibilidade das teses utilitaristas e liberais de John Stuart Mill,

apresentando os principais críticos da filosofia moral e política de Mill, para os quais o discípulo de Bentham teria abandonado o utilitarismo ou não teria esclarecido suficientemente seu princípio da liberdade, o que o tornaria um pensador assistemático e inconsistente. A tese do autor, ao contrário de tais interpretações, sustenta uma interpretação coerente do princípio milliano da liberdade e da individualidade, procurando demonstrar que seu utilitarismo é compatível com seu liberalismo.

Finalmente, o ensaio de Everaldo Cescon objetiva mostrar que, nos dilemas bioéticos, o mais fundamental deve ser decidido no âmbito ontológico. Para tanto, o autor argumenta ser fundamental responder a interrogações sistemáticas tais como: o que é uma pessoa? quem é pessoa? A estas questões correspondem respostas de duas tendências opostas: uma tendência reducionista, no contexto de uma bioética secular devedora do primado da ação, que argumenta em favor de uma separabilidade entre pessoa, ser humano e vida humana; e outra tendência, no contexto de uma bioética metafísica, que sustenta uma intrínseca identidade entre pessoa, ser humano e vida humana. A primeira faz o ser da pessoa coincidir com o exercício de uma determinada capacidade, uma função não abstrata e inseparável do sujeito ontológico, que é a sua condição de possibilidade. A segunda remete-se ao substancialismo e ao hilemorfismo como explicações do ser humano real, permitindo justificar a presença no homem de um princípio específico ontológico de unificação das propriedades e de permanência das funções e dos atos.

Trata-se de uma rica coletânea de contribuições inéditas que nos oferecem interpretações originais de grande relevância para o aprofundamento teórico-conceitual da Ética e Filosofia Política em nossos dias. Aos nossos leitores, desejamos boa leitura e bom proveito.

Nythamar de Oliveira

Professor do PPG em Filosofia, PUCRS / Pesquisador do CNPq
Coordenador do Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia